



DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UM OLHAR SOBRE A DISLEXIA

Suzianne Cristine Cordeiro Ramos¹

Ana Karla Alves de Menezes²

Isabelle Cahino Delgado³

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING proling@cchla.ufpb.br

Resumo: Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (doravante LDB), toda criança tem direito a uma educação de qualidade numa instituição escolar e, assim, permanecer até a conclusão das etapas escolares. No entanto, nem sempre a escola atinge o seu objetivo: disponibilizar uma educação de qualidade que alcance a todos, visando o aprimoramento de habilidades específicas dentre os alunos. Portanto, há vários níveis de aprendizagem nas mais diversas turmas, uma vez que cada aluno é único e, na grande maioria das vezes, as escolas não percebem as dificuldades que o ato de aprender pode apresentar durante todo o processo. Sendo assim, trabalhar com crianças com dificuldades de aprendizagem tem motivado a buscar respostas, a fim de compreender o que pode estar acontecendo e encontrar possíveis soluções, permitindo a integração do indivíduo na sociedade. A pesquisa é descritiva-explicativa, de cunho quantitativo e qualitativo, cuja coleta de dados se pautou no seguinte site: Scielo. Então, pretendeu-se, no presente trabalho, a descrição dos conceitos recorrentes na literatura especializada e discussão acerca das perspectivas de análise do conceito “dificuldades de aprendizagem”, propondo uma abordagem da temática dislexia.

Palavras-chave: Educação, Dificuldade de aprendizagem, Dislexia.

¹ Mestranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB pelo programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLNG), na Área de Concentração Linguística e Práticas Sociais e Linha de Pesquisa Discurso e Sociedade. E-mail: suzyramos@gmail.com

² Mestranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB pelo programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLNG), na Área de Concentração Linguística e Práticas Sociais e Linha de Pesquisa Discurso e Sociedade. E-mail: anakarla.menezes@gmail.com

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), na Área de Concentração Teoria e Análise Linguística e Linha de Pesquisa Aquisição de Linguagem e Processamento Linguístico. E-mail: fgaisabelle@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O direito à educação de qualidade e permanência na escola é garantido por lei, segundo a Constituição Federal no Artigo 206, assim como a liberdade de aprender, liberdade de pensamento, a arte e o saber. Para tanto, a escola precisa disponibilizar e proporcionar ao aluno condições de crescer na aprendizagem e interferir, quando necessário, no processo educativo.

Cada aluno é, por natureza, único e dotado de capacidades específicas, bem como habilidades e singularidades que necessitam de observação e consideração. O aprendizado é apreendido, por cada criança, de maneira única e de acordo com seus conhecimentos prévios, experiências, interesse e motivação. Portanto, tal aprendizagem não acontece de forma única e isolada, uma vez que envolve a família, a escola e a sociedade, não exclusivamente a sala de aula, pois se trata de um processo dinâmico onde acontecem trocas de conhecimentos.

No entanto, para reconhecer em uma criança a dificuldade de aprendizagem, precisamos entender o que é esse conceito “aprendizagem” e quais os fatores que interferem neste processo. Em outras palavras, a aprendizagem é um ato completo que se realiza no interior do indivíduo e se manifesta em uma mudança de comportamento. Sendo assim, a grande preocupação de educadores, psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais da área é saber como uma criança aprende, isto é, como elabora seu pensamento, suas ideias, raciocínio lógico e principalmente como ela adquire a linguagem, seja falada ou escrita, e, a partir de então, compreender a razão pela qual alguns alunos apresentam dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, insucesso escolar.

Para as famílias e os educandos, aprender a ler e escrever é um dos objetivos mais desejados, pois é através dessas aptidões que eles terão acesso ao conhecimento, habilidades e valores científicos considerados relevantes no contexto social em que vivem, cuja leitura e escrita são detentores de uma importância fundamental, uma vez que vivemos em uma sociedade letrada. Sendo assim, nós, educadores, desejamos o sucesso dos nossos alunos no processo de leitura e escrita, e, conseqüentemente, que essas habilidades se traduzam na capacidade de saber ouvir, falar, ler e escrever em qualquer situação social.

Portanto, aprender a ler e escrever são mais do que aprender um instrumento de comunicação: é, sobretudo, construir estruturas e pensamentos capazes de abstrações mais elaboradas. Mas, para que esses processos aconteçam se faz necessária a articulação entre as condições internas e externas do sujeito.



De acordo com Weiss e Cruz (apud GLAT, 2007, p. 67), o sujeito que está em processo de construção de seu conhecimento, seja em situação de aprendizagem formal ou informal, não é determinado somente pelo seu potencial cognitivo. Ele é o resultado da interação entre seu aparelho biológico, suas estruturas psicoafetiva e psicocognitiva, nas interações com o meio social no qual ele está inserido.

Para Piaget (1973) a aprendizagem depende do estágio de desenvolvimento atingido pelo sujeito, para Vygotsky (1993), a aprendizagem favorece o desenvolvimento das funções mentais. Assim os educadores não devem deixar de perceber o sujeito em relação ao tempo e a cultura.

A pesquisa é descritiva-explicativa, de cunho quantitativo e qualitativo, cuja base de dados escolhida foi constituída de artigos científicos publicados no período de 2000 a 2017, a partir da seguinte base eletrônica de dados: Scielo.

Portanto, diante dos descritores selecionados (educação, dificuldades de aprendizagem e dislexia), foi realizada uma análise qualitativa das terminologias supracitadas. Sendo assim, contabilizamos 87 (oitenta e sete) artigos distribuídos nas seguintes categorias, a saber: Educação – 26 artigos, Dificuldades de aprendizagem – 27 artigos e Dislexia – 34 artigos.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

O termo *aprendizagem* pode ser conceituado como um procedimento onde as competências, habilidades, conhecimentos e/ou valores são adquiridos ou modificados a partir da realização de estudos, experiências, formação, raciocínio e observação. Por se tratar de um processo integrado provoca uma mudança qualitativa na estrutura mental daquele que estar aprendendo, alterando sua conduta. Paín define a aprendizagem da seguinte forma:

(...) a aprendizagem é um processo dinâmico que determina uma mudança, com a particularidade de que o processo supõe um processamento da realidade e de que a mudança no sujeito é um aumento qualitativo em sua possibilidade de atuar sobre ela. Sob o ponto de vista dinâmico a aprendizagem é o efeito do comportamento, o que se conserva como disposição mais econômica e equilibrada para responder a uma situação definida. De acordo com isto, a aprendizagem será tanto mais rápida quanto maior for a necessidade do sujeito, pois a urgência da compensação dará mais relevância ao recurso encontrado para superá-la (PAÍN, 1985, p. 23).

Portanto, a partir da citação e dos estudos realizados por Paín se percebe que estão articulados os fatores internos e externos, interferindo no processo de aprendizagem. No entanto, os fatores externos, geralmente, não são levados em consideração. A atenção é voltada para os fatores internos e sua repercussão na aprendizagem.

Um aspecto interno que deve ser observado é a condição cognitiva da aprendizagem, o equilíbrio entre as fases do desenvolvimento e a compreensão do que está em estudo. Cada indivíduo também apresenta uma aptidão para determinada área específica do conhecimento ou da arte. O ato de aprender pode apresentar diversas motivações, que podem ser primárias – quando vem da satisfação em aprender – ou secundárias – quando há uma gratificação por parte de alguém, pode ser família ou um castigo.

Paín (1985, p. 12) explica que “a aprendizagem se dá simultaneamente como instância alienante e como possibilidade libertadora”. Sendo assim, dentro de uma cultura onde classifica a educação como alienante, repressora ou libertadora estão inseridos os nossos alunos. E, neste complexo, estão inseridas as crianças que são detentoras de dificuldades na aprendizagem, desencadeando problemas que interferem na vida do sujeito, não permitindo que o mesmo desenvolva as suas habilidades e/ou possibilidades.

Portanto, a autora descreve como sendo “perturbações na aprendizagem aquelas que atentam contra a normalidade deste processo, qualquer que seja o nível cognitivo do sujeito”. Dessa maneira, convém ao professor o olhar esmiuçado da situação, diferenciado para cada criança, identificando os fatores que estão interferindo a aquisição do conhecimento, a necessidade de cada um e as possibilidades que podem e devem ser desenvolvidas.

Assim sendo, existem várias hipóteses para justificar o não-aprender, dependendo do significado que pode adquirir. Para alguns, a aprendizagem é vista como gratificante por parte do carinho dos pais; para outros, este mesmo carinho só vem se a criança não aprende. Então, as dificuldades de aprendizagem podem ocorrer em diversas áreas de conhecimento. Cada ser humano é único e singular, portanto, apresenta características diferenciadas.

García Sánchez (1998) define “dificuldades de aprendizagem” a partir de um conceito internacional como sendo:

(...), as dificuldades de aprendizagem se caracterizam por um funcionamento substancialmente abaixo do esperado, considerando a idade cronológica do sujeito e seu quociente intelectual, além de interferirem significativamente no rendimento acadêmico ou na vida cotidiana, exigindo um diagnóstico alternativo nos casos de déficits sensoriais. (1998, p. 15-16).

Ao nos depararmos com crianças com dificuldades de aprendizagem, não significa dizer que essa criança não aprenderá, mas sim que seu processo de aprendizagem se encontra desequilibrado e que as aprendizagens são realizadas de maneira diferenciada. O aluno com dificuldade de aprendizagem pode apresentar um conjunto de problemas cognitivos, de linguagem, sócio-emocionais, acadêmicos que vão dificultar o seu processamento de informação, o seu processo de aprendizagem (PAÍN, 1989).

Essa mesma autora nos diz que o aluno, uma vez inserido nesse contexto educacional, ao perceber que apresenta dificuldades em sua aprendizagem e não encontra respostas a elas, muitas vezes começa apresentar desinteresse, desatenção, irresponsabilidade, agressividade, porém essas respostas são um sinal de desregularidade.

Para que não prejudique a aprendizagem do aluno, é importante que a dificuldade seja descoberta o quanto antes, a fim de auxiliar o desenvolvimento no procedimento educativo. Ainda, é importante a participação efetiva de todos os envolvidos no processo de aprendizagem frente a essas dificuldades, observando se são momentâneas ou se persistem ao longo do tempo.

Em outras palavras, as crianças detentoras de dificuldades de aprendizagem têm disfunções em habilidades específicas para uma aprendizagem efetiva, apresentando, por sua vez, problemas na compreensão da leitura, organização e retenção da informação e na interpretação de textos. Geralmente são lentas ao processar informações, apresentam estratégias pobres para escrever, problemas de organização espacial e muita distração o que acarreta dificuldade de comunicação e hábitos ineficientes de estudo (JARDIM, 2001).

Então, pode-se entender que uma criança apresenta dificuldades de aprendizagem quando dispõe de desvios em relação à expectativa de comportamento do grupo a qual pertence, ou seja, quando ela não está ajustada aos padrões da maioria deste grupo, e, portanto, seu comportamento se torna desregular. Como consequência dessa dificuldade, os alunos podem apresentar baixo nível de autoestima e de autodesconfiança, o que ocasiona à falta de motivação, afastamento, crises de ansiedade e estresse e até mesmo de depressão.

No entanto, a dificuldade mais encontrada na atualidade é a dislexia. Porém, precisamos estar atentos a outros problemas, a saber: disgrafia, disortografia, discalculia e TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade). Trataremos nesse artigo sobre a dislexia, dificuldade que ocorre com frequência nas salas de aula.

DISLEXIA

A dislexia manifesta-se durante a vida toda. É comum os professores perceberem a dislexia durante a fase final da educação infantil, onde acontece o início da sistematização da leitura e escrita e acentua-se na fase de alfabetização da criança.

Segundo a ABD (Associação Brasileira de Dislexia), esta é:

Definida como um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, a dislexia é o distúrbio de maior incidência nas salas de aula. Pesquisas realizadas em vários países mostram que entre 5% e 17% da população mundial é disléxica. Ao contrário do que muitos pensam, a dislexia não é o resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição socioeconômica ou baixa inteligência. Ela é uma condição hereditária com alterações genéticas, apresentando ainda alterações no padrão neurológico.

Dentro do distúrbio manifestado, os pais têm um papel importante na sua identificação, uma vez que eles conhecem seus filhos melhor do que ninguém, podendo assim ajudar no tratamento e buscando auxílio profissional. A criança com essa dificuldade de aprendizagem geralmente apresenta as seguintes características: insegurança e baixa autoestima, sente-se excluída e normalmente demonstra tristeza em sala de aula.

Estudiosos consideram a dislexia como um transtorno genético e hereditário da linguagem, caracterizado pela dificuldade de decodificar o estímulo escrito ou o símbolo gráfico. Pode ser classificada em diferentes graus: leve, médio e severo. Somente especialistas da área, como médicos, psicólogos escolares, psicopedagogos, fonoaudiólogos, dentre outros especialistas, poderão avaliar o transtorno, por meio de combinado de ações, entrevistas, análise do histórico familiar, testes diferenciados e indicar um acompanhamento adequado, já que não existe cura.

Jean Dubois et al. (1993, p. 197) define a dislexia como um defeito de aprendizagem da leitura caracterizado por dificuldades na correspondência entre símbolos gráficos, às vezes mal reconhecidos, e fonemas, muitas vezes, mal identificados. À dislexia, segundo o linguista, interessa de modo preponderante tanto a discriminação dos signos fonéticos quanto o reconhecimento dos signos gráficos ou a transformação dos escritos em signos verbais.

Em outras palavras, a dislexia trata-se de uma dificuldade especialmente na área da leitura, escrita e soletração, portanto, impedindo o aluno de ser fluente, pois faz trocas e omissões de letras, inverte sílabas, apresenta leitura lenta, silabada, dá pulos de linhas ao ler um texto, etc. Este transtorno é, geralmente, identificado nas salas de alfabetização, já que acontece o início da leitura precisa e fluente.

No entanto, esses sintomas podem coexistir ou mesmo confundirem-se com características de vários outros fatores de dificuldade de aprendizagem, tais como o déficit de atenção/hiperatividade, dispraxia, discalculia, e/ou disgrafia. Contudo a dislexia e as desordens do déficit de atenção e hiperatividade não estão correlacionadas com problemas de desenvolvimento.

Para a Linguística, a dislexia não é caracterizada como uma patologia, mas como um fracasso inesperado na aprendizagem de leitura, sendo, pois um problema de origem linguística. As causas ou a etiologia da dislexia são variadas e dependem do enfoque ou da análise do investigador. Muitas das causas da dislexia foram identificadas a partir de estudos comparativos entre disléxicos e leitores fluentes. Podemos indicar as seguintes: hipótese de déficit perceptivo; hipótese de déficit fonológico, e, hipótese de déficit na memória.

Os investigadores da área de Psicolinguística Aplicada à educação escolar apresentam uma hipótese de que o déficit fonológico justificaria, por exemplo, o surgimento de disléxicos com confusão espacial e articulatória.

Segundo Condemarín (1989, p. 23), as características linguísticas mais marcantes das crianças disléxicas, envolvendo as habilidades de leitura e escrita são: a acumulação e persistência de erros de soletração, ao ler, e de ortografia, ao escrever; confusão entre letras, sílabas ou palavras com diferenças sutis de grafia: a-o; co; e-c; f-t; h-n; i-j; m-n; v-u; etc; confusão entre letras, sílabas ou palavras com grafia similar, mas com diferente orientação no espaço: b-d; b-p; d-b; d-p; d-q; n-u; w-m; a-e; confusão entre letras que possuem um ponto de articulação comum, e, cujos sons são acusticamente próximos: d-t; j-x; c-g; m-b-p; v-f; inversões parciais ou totais de sílabas ou palavras: me-em; sol-los; som-mos; sal-las; pal-pla.

Ainda, segundo o autor citado, outras perturbações da aprendizagem podem acompanhar os disléxicos: alterações na memória; alterações na memória de séries e sequências; orientação direita-esquerda; linguagem escrita; dificuldades em matemática; confusão com relação às tarefas escolares; pobreza de vocabulário; escassez de conhecimentos prévios (memória de longo prazo).

A Psicolinguística define a dislexia, no caso infantil, como um fracasso inesperado na aprendizagem da leitura (dislexia), da escrita (disgrafia) e da ortografia (disortografia) na idade prevista em que essas habilidades já devem ser automatizadas. É o que se denomina de dislexia de desenvolvimento. Diferentemente, na fase adulta, quando ocorrem tais dificuldades, depois de um acidente vascular encefálico (AVE) ou traumatismo cerebral, dizemos que se trata de dislexia adquirida.

No entanto, para constatar uma dislexia se faz necessário excluir situações que não podem e não devem ser confundidas: a criança não deve ter bloqueios emocionais que impeçam de aprender; não deve ser nova demais para a alfabetização, isto é, exclui-se a imaturidade; deve ter tido pelo menos dois anos de escolaridade, com uma didática adequada. Isto significa dizer que apenas aos 8-9 anos podemos afirmar que a criança é disléxica.

A criança disléxica não deve ser alfabetizada pelo método global, uma vez que não consegue perceber o todo. Precisa de um trabalho fonético e repetitivo, pois terá muita dificuldade na fixação dos fonemas. Necessita de um plano de leitura que inicie por livros muito simples, mas motivadores, aumentando gradativamente e só na medida que lhe for possível, a complexidade (MOOJEN, 1999).

CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, fica evidente que a dislexia é hereditária e genética, existindo tratamento para esse distúrbio, pois é feito por meio de intervenção de especialistas da área e não por meio de medicamentos. A maior importância é fazer com que a criança não se sinta diferente diante da sociedade, pois cada um tem uma maneira singular de mostrar suas habilidades e agilidades. É importante trabalhar com as suas necessidades cognitivas, descobrindo seu autoconhecimento.

Portanto, para uma melhor compreensão do contexto do disléxico se faz necessário entender como ele aprende, sabendo que este processo é muito complexo e que a aprendizagem dos alunos não depende somente dele, pois no processo estão envolvidas outras variáveis: professor, aluno, concepções, organização curricular, metodologias, estratégias, e recursos adequados para favorecer o desenvolvimento dos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Contudo, com o desenvolvimento desse artigo, foi possível observar alguns pontos determinantes no processo de diagnóstico e estratégias: primeiramente, e muito importante, é que a dislexia não deve ser motivo para se conceber o aluno como alguém não competente para a realização das tarefas as quais ele se dispõe a fazer; que a dislexia é um problema que pode ser tratado, embora ainda não tenha sido encontrada a cura para esse distúrbio; que é possível, através de um tratamento ideal, minimizar consideravelmente as consequências de tal problema.

Percebeu-se, ainda, que um dos fatores primordiais nesse processo de ensino e aprendizagem para o aluno disléxico é a forma como a escola articula a relação família,



comunidade, professor e aluno, com um tratamento afetivo e respeitoso. Esse distúrbio pode ser identificado muito cedo no aluno, sendo que o tratamento é mais eficaz quando o diagnóstico é feito ainda na fase da alfabetização. Infelizmente, algumas escolas ou docentes não estão preparados para receber os alunos disléxicos e muitas vezes não possuem recursos didáticos adequados para aprendizagem dos alunos com essa dificuldade.

Este estudo esclareceu com objetividade que o distúrbio de dislexia não se trata de um problema que pode ser superado em curto prazo, mas que é necessário um trabalho conjunto por parte da família, da escola e de profissionais específicos, sendo adotadas diferentes estratégias de trabalho, de modo a proporcionar que o aluno disléxico sinta-se acolhido e parte integrante do processo ensino-aprendizagem. Ressalta-se, ainda, que o processo de intervenção escolar não se encerra quando a criança com dislexia aprende a codificar e decodificar palavras e textos, já que a compreensão na leitura geralmente está prejudicada. Assim sendo, durante todo o processo educativo, a criança e/ou adolescente pode necessitar de atenção, muitas vezes individualizada.

O que não pode acontecer é chamar de dislexia toda e qualquer dificuldade ligada à leitura e/ou a escrita. Dificuldade de aprendizagem que podem ter por base problemas emocionais, algum déficit auditivo, um déficit visual, ou uma irregularidade ao método pedagógico, e/ou ainda possíveis falhas no processo de alfabetização, causadas por má prática pedagógica, metodologia inadequada também causam danos no processo de aprendizagem.

É importante saber que os efeitos da dislexia vão além do corpo e da inteligência, afetam sentimentos, a família, as relações de amizade, os ideais de vida. Ao sofrer constantes discriminações, as crianças disléxicas perdem a confiança em si próprias, aspecto este que gera uma baixa autoestima. Daí a importância do papel do professor como coautor no processo educativo.

REFERÊNCIAS

CONDEMARÍN, Mabel, BLOMQUIST, Marlys. (1989). **Dislexia**: manual de leitura corretiva. 3ª ed. Tradução de Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas.

DUBOIS, Jean et ali. **Dicionário de lingüística**. Direção e coordenação geral de Izidoro Blinsein. São Paulo: Cultrix, 1993.

GARCÍA, Jesus Nicasio. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem**: linguagem, leitura, escrita e matemática. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.



JARDIM, W. R. de S. **Dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental**: manual de identificação e intervenção. São Paulo: Edições Layola, 2001.

MOOJEN, S. Dificuldades ou transtornos de aprendizagem? In: Rubinstein, E. (Org.). **Psicopedagogia**: uma prática, diferentes estilos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos problemas de Aprendizagem**. 3 Ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Tradução Ana Maria Netto Machado, Porto Alegre: Artmed, 1985.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. Tradução Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 23 edição, Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1973.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

WEISS, Alba Maria Lemme. E CRUZ, Mara Monteiro da. Compreendendo os Alunos com Dificuldades e Distúrbios de Aprendizagem. IN GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, cap. 4.